

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

KAROL ROSA DE ALMEIDA<sup>1</sup>; ROBERTA FERNANDA DOS SANTOS CUBAS<sup>2</sup>;  
MELINA MONKS DA SILVEIRA<sup>3</sup>, LOUISE PRADO ALFONSO<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Ritter dos Reis – karolalmeida.arq@gmail.com

<sup>2</sup> Centro Universitário Ritter dos Reis – robertacubas.arq@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – melimonks@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

A primeira edição do evento Pré-Cidades em Transe, abordou a temática “Entre planejar e viver a cidade”, foi promovido pelo Projeto de extensão “Narrativas do Passo dos Negros: exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação”, desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa “Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas”, vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos- GEEUR da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e pelo Projeto de Extensão “ArqUrb Comunidades”, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). O evento buscou estimular debates sobre planejamento e gestão urbana, regularização fundiária e patrimônio nas cidades.

A mesa intitulada “Os movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à cidade”, realizada no dia 18 de junho de 2021, foi a segunda do evento, e teve como proposta gerar discussões acerca dos temas relacionados aos assentamentos precários, remoções forçadas, regularização fundiária, o papel das ocupações, resistência e militância.

### 2. METODOLOGIA

De acordo com a proposta do evento, foi estabelecido que este seria realizado de forma virtual, onde o objetivo era explorar a interdisciplinaridade e garantir outros olhares acerca da temática citada. Assim, o grupo do Projeto de Extensão ArqUrb Comunidades ficou encarregado da organização e escolha das convidadas da Mesa 02, sendo elas: Cláudia Fávaro, arquiteta e urbanista; Elis Regina, representante da Cooperativa 20 de Novembro; Ieda Rodrigues, graduanda em serviço social. A mediação foi realizada pela arquiteta e urbanista, integrante do ArqUrb comunidades, Karol Almeida.

A escolha da Cláudia Fávaro teve como intuito trazer uma visão mais técnica da Arquitetura para o debate e, ao mesmo tempo, explorar a experiência da mesma com a organização de movimentos sociais. A participação da Elis tinha como objetivo trazer um olhar da práxis dos movimentos sociais, com o relato de quem vive o movimento social diariamente. Por fim, a convidada Ieda Rodrigues, graduanda em Serviço Social pela PUCRS, trouxe sua experiência através de estágios, no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira fala da mesa foi realizada pela Arquiteta e Urbanista Cláudia Fávaro, que começou abordando sua trajetória acadêmica. Ela cita que foi na Unisinos, Porto



Alegre, que teve seu primeiro contato com o Movimento Sem Terra (MST), pôde participar do Estágio de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária (EIVI), promovido pelo MST, onde teve a experiência de conhecer as famílias, morar por um período nos assentamentos e vivenciar a realidade da reforma agrária.

Após um ano de formada, Cláudia passou a coordenar o setor de habitação do MST no Rio Grande do Sul, onde teve a oportunidade de produzir seis mil moradias nos assentamentos da reforma agrária em 2009 no estado, através de programas habitacionais. Trabalhar na área da habitação exige resiliência, acerca dos desafios impostos por diversas situações: construção de muitas unidades habitacionais através da autoconstrução com pouquíssimo recurso, foi um dos desafios abordados. Dando seguimento a sua fala Cláudia lembra, que arquitetura não é supérflua, desnecessária ou somente decorativa, mas sim, algo que traz saúde, dignidade e assistência para a população.

Em seguida, a convidada expõe sobre as remoções forçadas a qual presenciou, e conta que através do embasamento na Constituição Federal de 1988, acerca do direito à moradia, que se insere nos direitos sociais previstos, (BRASIL, 1988, ART. 6º), formaram-se coordenações junto ao MST para haver intervenções na Assembléia Legislativa, na tentativa de barrar um projeto de lei de 2008 que previa a remoção das famílias do Morro Santa Teresa, em Porto Alegre. Após um longo processo envolvendo o MST, as famílias e as lideranças, conseguiu-se a vitória e o despejo não foi efetivado.

Sobre o problema do deficit habitacional, Cláudia fala sobre a função social da propriedade privada, prevista na Constituição e também citada no Estatuto da Cidade, o qual estabelece que o edifício precisa ser utilizado para cumprir sua função social (BRASIL, 2001), e ela compara muitos edifícios vazios que a cidade comporta e que não cumprem esse papel, em paralelo a muitas famílias desassistidas. A frente deste problema, ela organiza a construção do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na cidade Porto Alegre, no período de 2014 a 2016, enquanto coordenadora.

Também é interessante como ela aborda os dois lados da Lei da Regularização Fundiária (REURB), - prevista na Lei 13465/2017, conjunto de medidas jurídicas urbanísticas, ambientais e sociais garantir o direito social à moradia o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana: por um lado, ela facilita o processo da regularização fundiária das áreas periféricas, mas por outro, tem o poder de regularizar também as mansões nas ilhas, morros, etc. É uma lei que tem por objetivo geral colocar a terra no mercado e fazer com que vire um ativo econômico, conclui. Ao final de sua fala, a convidada expõe que não existe mudança se não houver luta política e ainda frisa sobre o dever enquanto arquitetos/as de atuar e se apropriar dos processos da cidade para não a perdermos.

A segunda fala da mesa foi da moradora e líder comunitária do Assentamento 20 de Novembro e integrante da Cooperativa de mesmo nome, Elis Regina. A convidada começa chamando a atenção para os quarenta anos de luta frente aos movimentos sociais e explica que a Cooperativa nasceu a partir das remoções realizadas em função da Copa do Mundo de 2014, já que o assentamento urbano localizava-se próximo ao estádio Beira-Rio, sede da Copa. Elis evidencia que os/as moradores/as tinham como fonte de renda a reciclagem de resíduos gerados pelos jogos de futebol e também atuavam como cuidadores/as de carros, os/as chamados/as “flanelinhas”.

Com a remoção forçada do assentamento, começa um processo que a Elis denomina como “desterritorialização” e fala sobre uma característica bastante comum em processos de remoções de assentamentos urbanos: a falta de políticas públicas adequadas. Elis conta que no caso da 20 de Novembro, foi oferecido aos moradores



e moradoras um Bônus Moradia, no qual permitia que se mudassem para regiões que ficavam a aproximadamente uma hora e meia do local em que moravam originalmente. A partir disso, alguns moradores e moradoras resistem e decidem ocupar um prédio público da União, abandonado há quase 60 anos, localizado na Rua Barros Cassal, em Porto Alegre. Isso escancara a falta de capacidade e de diálogo dos gestores públicos, nesse caso da prefeitura, que sem interesse em negociar, abriu mão de instrumentos legais como o Estatuto da Cidade, que dispõe de diretrizes que coibem os vazios urbanos (BUONFIGLIO; PENNA, 2011) e viabilizam a conversão dos mesmos em moradia.

Na sequência a convidada expõe a mudança na fonte de renda, já que a nova localização impede, em partes, que seus integrantes continuem exercendo a reciclagem, faz um gancho com a situação econômica e política do País atualmente, reforça que hoje a grande luta dela e das companheiras de cooperativa é de se manterem “vivas, sem fome e sem covid” (MESA 2, 2021) e chama atenção para o alto número de mortes da população preta no Brasil, evidenciando a desigualdade racial que assola o País.

Em relação às unidades habitacionais, chama atenção o relato da Elis sobre o que foi solicitado à arquiteta Karla Moroso, que realizou junto com os/as moradores/as um projeto para a edificação onde está localizado o assentamento: apartamentos com reboco e que não chovesse no interior, evidenciando que o déficit habitacional no Brasil não é apenas quantitativo, mas também qualitativo. Em seguida, é ressaltada a importância do arquiteto e urbanista para a sociedade e do exercício de escuta desses/as profissionais

Outro ponto importante da fala da Elis Regina se deu em relação à função social das edificações, ela chama a atenção para a quantidade de prédios, em sua maioria públicos, que estão vazios ou subutilizados no centro da cidade e explicita a necessidade de uma reforma urbana e ocupação dessas edificações sem uso. Ela traça também um paralelo entre essas edificações e o caso do Assentamento 20 de Novembro, que antigamente estava abandonado e hoje abriga cerca de 40 famílias. Ao se encaminhar para a sua explanação final, a convidada faz uma reflexão sobre o modelo de consumo atual e as condições mínimas para sobreviver durante à pandemia.

A terceira e última fala da mesa foi da graduanda em Serviço Social, Ieda Rodrigues, que começou contando sobre sua experiência em uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Ela fala sobre a ligação entre a política de saúde e habitação, de modo que, se na moradia falta saneamento básico, falta água constantemente, possui frestas colaborando para a entrada de frio e vento e não possui banheiro, acabam por impactar diretamente na saúde da família.

Ela expõe que a OSC trabalha com o eixo da habitação, onde é composto por uma equipe de Arquitetos/as voluntários/as e Assistentes Sociais, os/as quais são responsáveis por organizar as ações nas comunidades de modo interdisciplinar. A dinâmica do atendimento ocorre a partir de uma entrevista presencial com a família, onde a mesma fala sobre os problemas de sua moradia. A visita domiciliar proporciona que os agentes voluntários/as observem de perto cada situação e dependendo da precariedade da casa, é feito o cadastramento da família no Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), para aguardar uma moradia de melhor qualidade.

Ieda presenciou o processo de remoção forçada das famílias moradoras de uma comunidade próxima ao aeroporto de Porto Alegre e participou de entrevistas com moradores/as e representantes da comunidade. A convidada conta que no lugar onde as famílias removidas residiam, apesar da moradia ser precária, havia creche, transporte público, e que essas questões impactam muito na percepção das famílias



de um bom local pra morar. Se aproximando do encerramento, leda evidencia a importância do trabalho desenvolvido pelo serviço social em prol da comunidade e do compromisso da profissão com a classe trabalhadora. Finalizando ela reforça que moradia digna é um direito de todos e inclusive está previsto na Constituição e no Estatuto da Cidade.

#### 4. CONCLUSÕES

A Mesa 02 do evento foi composta em sua totalidade por mulheres, o que inevitavelmente trouxe pautas relacionadas ao empoderamento feminino, com discursos marcantes e por vezes falas emocionadas, gerando uma intensa interação com o público, que pode ser notado mediante os comentários no chat durante o evento.

A vivência de cada convidada, trouxe uma pluralidade à mesa e gerou reflexões importantes no que diz respeito a direito à cidade, movimentos sociais e planejamento urbano, onde se fez evidente a importância do papel social da/o Arquiteta/o e Urbanista acerca de todas as questões levantadas no debate, concluindo que a atuação destes/as profissionais são imprescindíveis para garantir e defender direitos, melhorias e avanço social, junto aos demais atores.

Por meio do debate, podemos perceber a relevância destes temas na sociedade, inclusive no âmbito acadêmico, se mostrando de grande importância para a formação profissional de diversas áreas. Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária, a diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MESA 2 - Os movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à cidade. 2021. 1 vídeo (144 min). Publicado pelo canal Cidades em Transe. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=CeYfhK\\_tYgU](https://www.youtube.com/watch?v=CeYfhK_tYgU). Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BUONFIGLIO, Leda Velloso; PENNA, Nelba Azevedo. A luta no e pelo centro da cidade: Um estudo em Porto Alegre. **Associação Brasileira de Geógrafos**, Porto Alegre, RS, Brasil. v.X, n. 37, p. 117 – 127, 2011.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras / **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012.